



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura de atos**

**Vitória-ES, 29 de novembro de 2007**

Você sabe que eu estou aqui um pouco agoniado porque eu tenho que chegar ao Rio de Janeiro para entregar uma comenda ao Oscar Niemeyer que, vocês sabem, está completando 100 anos de idade. Hoje, o Iphan comemora 70 anos, e como o Oscar Niemeyer foi um dos fundadores do Iphan, ele iria estar nesse ato para que a gente pudesse entregar a comenda que ele não pôde receber em Brasília. A minha assessoria está dizendo que a minha agenda já está atrasada 2 horas e meia. E eu não posso... Um jovem pode esperar um dia, um homem da minha idade pode esperar meio dia, mas um senhor de 100 anos de idade não pode esperar muito.

Portanto, eu vou dizer apenas algumas palavras, cumprimentando o povo do estado do Espírito Santo, o povo das cidades que aqui assinaram os convênios com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica Federal. O povo de Vila Velha, que precisa saber que tem recursos para Vila Velha. Acontece que os recursos de Vila Velha foram assinados pelo estado por conta de quem vai fazer as obras é a empresa de saneamento básico do estado do Espírito Santo. Mas tem mais de 58 milhões para Vila Velha, portanto, vai dar para o prefeito trabalhar razoavelmente bem.

Algumas palavras... Você sabe que eu me lembro de Vila Velha muito bem porque uma vez teve um prefeito, um companheiro do PT que assumiu por alguns meses, o companheiro Magno. Fui um dia lá visitar porque a grande briga daquele momento eram os mosquitos que tinha no rio. Eu fui para lá, a minha vontade era ajudar aquele companheiro – ele só tinha acho que 11 meses de mandato, era um período curto que ele assumiu – e os mosquitos tomavam conta da cidade. Eu fui para a beira do rio e falei: sabe de uma coisa?



Eu estou com vontade de comer esses mosquitos aqui para ver se consigo ajudar a acabar com os mosquitos. Mas não era possível, em 11 meses, fazer o que pode ser feito a partir do momento em que o prefeito começa a ter um pouco mais de recursos na cidade e aplicar nas coisas que são essenciais.

Eu não vou ler o meu discurso, só queria dizer para vocês o seguinte: o que nós estamos fazendo aqui, nós fizemos no Brasil inteiro. Em um estado como o Espírito Santo, que é um estado mais arrumado do que muitos estados brasileiros, o governador teve a compreensão de que dos quase 700 milhões de reais que vêm para este estado, uma parte, de duzentos e oitenta e poucos milhões são do Orçamento Geral da União e os outros 500 milhões é empréstimo do governo federal, da Caixa Econômica, o que significa que o estado vai pagar e tem uma pequena contrapartida.

Por que a gente fez assim? Porque nós convencemos os companheiros governadores dos estados que têm um pouco mais de recursos a tomar um pouco mais de dinheiro emprestado para que sobrasse mais dinheiro do Orçamento, para que a gente pudesse dar para os estados que tinham menos capacidade de endividamento. Isso também foi feito para as cidades. Para as cidades que tinham um pouco mais de recursos, nós demos mais dinheiro como empréstimo do que do Orçamento Geral da União para que a gente pudesse, então, ter dinheiro para dar para as cidades menores.

Esses investimentos que estamos fazendo, de 40 bilhões de reais, no Brasil, só para vocês terem noção do que significa isso: no meu primeiro mandato... Vamos pegar o último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o último ano. O presidente Fernando Henrique Cardoso tinha anunciado o equivalente a 2 bilhões e meio, ou 3 bilhões, para o saneamento básico e, no final do ano, só tinha sido contratado 262 milhões. No nosso primeiro ano, a gente anunciou 3 bilhões e pouco, e foi contratado pouco mais de 600 milhões.

Ou seja, por que isso acontecia? Acontecia porque você anunciava que



tinha dinheiro, normalmente os prefeitos não estavam preparados, porque não tinham o projeto pronto e não faziam projeto porque o governo federal não tinha dinheiro. Normalmente, as empresas dos estados também estavam quebradas e não tinham dinheiro para fazer esses investimentos. Esses investimentos normalmente são feitos na parte mais pobre da população, que é a parte que não pode pagar como pode pagar o cidadão de classe média baixa, de classe média alta ou os mais ricos da cidade.

Então, a gente ficava numa encalacrada. Você anunciava o dinheiro, esse dinheiro estava disponibilizado e as cidades não tinham condições de pegar porque as cidades não tinham projetos, ou se tinham algum projeto, esse projeto não era completo. A Caixa Econômica Federal era muito exigente, o Banco Central, então, era muito exigente. Tinha, naquela época, uma coisa, Paulo Hartung, que era assim: o governo anunciava o dinheiro, mas no fundo, no fundo, o Banco Central não queria liberar o dinheiro porque queria fazer superávit primário. Então, criava todas as dificuldades possíveis para que o dinheiro não fosse liberado, para quando chegasse ao final do ano, o superávit primário estivesse completo.

Nós, com o aprendizado do primeiro e com a construção do PAC, disponibilizamos 40 bilhões de reais para ser gasto até 2010. Não é uma tarefa fácil. Gastar 40 bilhões não é uma coisa simples. Aqui eu estou vendo a OAB, estou vendo o Ministério Público, estou vendo o Tribunal de Justiça, é um problema sério. E fazer uma obra neste País é muito complicado, gente. É importante vocês saberem. Quando você começa a fazer uma obra, você tem o dinheiro para fazer a obra, está aqui o dinheiro. Aí, você faz o projeto, aí você consegue licença prévia. Quando o Ibama ou o instituto ambiental do estado te dá a licença para você fazer a obra, aparece alguém do Ministério Público e fala: “Não está correto”. Entra com uma ação, a obra é paralisada. Quando o Ministério Público concorda, quando o Ibama concorda, quando todo mundo concorda, o prefeito, então, faz a licitação. Aí, está pronta a licitação, o



empresário que perdeu, entra com uma ação. Vai para a Justiça. A Justiça dá uma liminar. Aí, fica seis, sete, oito meses paralisada.

Onde é o aeroporto, aqui, de Vitória? Eu vim aqui com o Paulo Hartung, fizemos um ato público e colocamos dinheiro para o aeroporto. O Tribunal de Contas da União achou uma pendenga. Ao invés de resolver a pendenga em três meses, a obra está quase paralisada, já era para a gente está quase inaugurando esse aeroporto.

Então, é importante vocês compreenderem que tem um emaranhado de leis que regulam essas coisas, que me parece que a vida inteira a gente legisla uns desconfiando dos outros. Então, ao invés da gente colocar coisas para facilitar, nós colocamos coisas para obstaculizar. E é difícil, os prefeitos sabem.

Pois bem, no PAC, nós demos uma inovada. Nós chamamos os governadores e os prefeitos, todos estiveram lá, os que têm dinheiro para receber. Fizemos de comum acordo quais eram as obras prioritárias de cada cidade. Junto com o governador e com os prefeitos, vimos quais as cidades que têm projetos. As que não têm projeto, têm que fazer. É preciso cumprir porque senão nem o Ministério Público, nem a Justiça, nem o Tribunal de Contas deixa fazer. Por isso é que nós temos que cumprir a legalidade. Então, nós estamos trabalhando no PAC há praticamente nove meses, organizando, estruturando, vendo se tem defeito numa prefeitura, o que precisa fazer, se tem problema no Ministério Público, sem tem problema de licenciamento.

Estamos chegando no final do ano e graças ao meu bom Deus parece que a coisa vai desabrochar. Eu trabalho com a idéia, e quero dizer aos prefeitos aqui que podem me esperar no ano que vem, que eu venho fiscalizar essas obras, ver se elas estão... Eu, o Paulo Hartung, os prefeitos e vocês vamos andar para ver se essas obras estão acontecendo, porque precisam acontecer. O povo não pode, é muito tempo de sofrimento, é muito tempo de espera, e o tempo do mandato é só quatro anos. Às vezes uma obra que a gente quer começar em janeiro para terminar em fevereiro tem tanto



penduricalho judicial que ela demora um tempo.

Olha, eu vou contar uma coisa para vocês. Eu, como Presidente, e certamente o Paulo Hartung, como governador, e certamente vocês como, prefeitos, às vezes a gente toma uma decisão, dá uma ordem de serviço. Seis meses depois, você pergunta para a pessoa... Eu vou contar uma história: Canal da Malária, de Pernambuco. A Maria Fernanda, presidente da Caixa, foi comigo e o Márcio foi comigo. Na cidade de Olinda, um canal, uma fedentina e mulheres e homens moravam ali, ou seja, era uma coisa podre, podre. Aquele canal com um terreno... olha o nome do lugar: Canal da Malária. Nós chegamos lá para visitar as casas, entrei nas casas, tinha dado uma enchente, o chão todo molhado, mas as mulheres pobres demonstrando que limpeza não tem nada a ver com riqueza porque pobre gosta de ser limpo. Aí, eu fui lá há dois anos. Sabem, quando você começa o governo, você pensa que dá uma ordem e acontece no dia seguinte. Aí eu falei: essa obra vai começar logo. Mas quê começar logo... Todos os dias eu encontro com a Maria Fernanda: “cadê o Canal da Malária? Eu quero ir lá, eu quero inaugurar. Eu quero ver a casinha daquela mulher em que eu entrei, de barro. Eu quero ver se ela melhorou”.

Agora, no PAC, essas coisas vão fluir com muito mais facilidade porque acho que os prefeitos aprenderam, os governadores aprenderam, o governo federal aprendeu, os ministros aprenderam, e nós estamos colocando também no PAC uma coisa importante: cuidar de quilombolas, ou seja, os bairros onde moram os remanescentes de quilombos, cuidar dos índios brasileiros com saneamento... São 4 bilhões para a gente cuidar dos quilombolas e dos índios do Brasil e, ao mesmo tempo, tem o FNHIS, que foi uma conquista do movimento social, está lembrado? Aquela lei de iniciativa popular, que é a habitação de interesse social. São 4 bilhões até 2010. Nós, agora, sancionamos uma lei garantindo que o movimento social e as cooperativas, também tenham direito a pegar desse dinheiro para fazer casas, para ver se a gente resolve, definitivamente, os problemas deste País.



Eu, companheiros e companheiras, queria terminar aqui dizendo para vocês o seguinte. Eu nem queria falar da CPMF... Eu não queria falar, porque depois alguém vai ficar aqui: “fala”. Eu queria dizer o seguinte: Nós vamos votar a CPMF, todo mundo sabe que o País não pode prescindir de 40 bilhões, todo mundo sabe que na nossa proposta apenas 13 milhões de brasileiros vão pagar, o restante do povo não paga. Agora, o dinheiro que a gente cuida, do Bolsa Família, o dinheiro que a gente cuida, da aposentadoria rural, o dinheiro da Educação é dinheiro da CPMF. Portanto, aqueles que votarem contra, vão ter que arcar com a responsabilidade do dinheiro que vai faltar para cuidar do povo pobre neste País.

Então, eu estou muito tranquilo com essas coisas. Acho que os senadores, na hora de votar, vão ter a responsabilidade de perceber que podem votar, porque pode ter um pequeno grupo que pode agir sem responsabilidade, que é o PFL, que não tem perspectiva de nada, mas os partidos mais sérios terão que ter perspectiva. Eu tenho dito aos meus companheiros do PSDB, do PMDB... O PSDB tem cinco governos de estados importantes: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, estados importantes... como é que pode prescindir do dinheiro da CPMF? Não é possível.

Pois bem, mas eu queria terminar aqui, dizendo o seguinte: realmente, eu estou com um problema de ir à casa do Oscar Niemeyer para atendê-lo, gente, um problema sério, então eu não posso brincar. Eu queria dizer para vocês o seguinte: essas obras todas têm que acontecer. Eu queria pedir aos prefeitos que, qualquer problema que tiverem, a primeira coisa que têm que fazer é procurar o governador de estado para ajudar. Se tiverem problemas, procurem o governo federal para a gente fazer essas rosas desabrocharem rapidamente. O que eu quero ver é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas eu quero ver também as máquinas trabalhando para gerar emprego, para fazer coleta de esgoto, para levar água potável na casa das pessoas.



Eu queria terminar agradecendo aqui porque o estado do Espírito Santo... uma coisa importante que nós fizemos foi a sanção presidencial, no último dia 19, da lei que inclui o Porto de Regência no Plano Nacional de Viação. É um projeto de lei do senador Gerson Camata, que foi aprovado, eu sancionei, e é uma coisa importante para o nosso estado. Quero agradecer a todos os companheiros, dizer para vocês e dizer, Paulo Hartung, que o ano também termina bem para mim. Termina bem, porque eu estou sentindo que as coisas estão melhorando, acho que os dados do PNUD este ano foram uma coisa importante – o nosso querido bispo, aqui – porque aquilo é apenas de 2005, quando vier o de 2006, de 2007, 2008, vai estar muito melhor o Brasil. Porque se tem uma coisa que eu quero ajudar, quando terminar o mandato, é saber que os pobres melhoraram de vida neste País, que os pobres conquistaram a sua cidadania.

Paulo, querido, obrigado pelo dia de hoje. Prefeitos, obrigado pelo dia de hoje. Um grande abraço a vocês e até outro dia, se Deus quiser.

Antes da cerimônia de assinatura de atos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou de almoço com o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. Na ocasião, deu a seguinte declaração: "As obras do PAC vão começar a partir de agora. São 40 bilhões de reais e começam a germinar de agora até março. Vamos ter uma quantidade de obras que não tínhamos há 40 anos e não vai parar mais".